

Realismo no âmbito externo

ESTADO DE SÃO PAULO

Como previmos, a equipe do ministro Bresser Pereira, no trato do problema da dívida externa, está evitando, a cada dia com mais nitidez, a quixotesca confrontação a que se atirava o ministro Dilson Funaro, aproveitando-se da mudança do clima psicológico internacional e procurando desfazer a má impressão que deixou nos credores a decretação unilateral da moratória, que nos tem custado tão caro.

Percebe-se essa reviravolta não apenas nos termos da proposta apresentada aos credores e na resposta que lhe deu o Comitê de Assessoramento dos bancos, já comentada por nós, mas também nas declarações feitas pelo ministro da Fazenda (ao jornal *O Globo*) e pelo presidente do Banco Central, sr. Fernando Milliet. Tais declarações, cristalinas e desassombradas, mostram, por outro lado, o mal que causou ao País a insensata decretação da moratória.

O governo brasileiro parece haver entendido bem o sentido dos pronunciamentos feitos na 42ª Assembleia Anual do FMI/Banco Mundial. A nova posição que assumiram o diretor-gerente do FMI, sr. Michel Camdessus; o presidente do Banco Mundial, sr. Barber Connable, e o secretário do Tesouro norte-americano, sr. James Baker III, denota realmente um enfoque mais realista e uma noção mais precisa da ameaça que faz pairar sobre o sistema bancário o obstinado apego a uma fórmula de renegociação que conduz a um

impasse. É verdade que o novo caminho não foi vislumbrado apenas pelo lado do governo brasileiro, mas também pelo dos credores, ansiosos por desvencilhar-se de um esquema que só fazia aumentar o risco dos bancos, sem abrir perspectivas de solução. Agora, percebe-se que o clima é favorável a uma solução e que se deve aproveitar a oportunidade.

Não obstante, é preciso considerar que, a despeito da mudança e da disposição favorável à aceitação de novas fórmulas, a comunidade financeira internacional continua apegada a um princípio inabalável: o papel central cabe ao FMI. O ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central parecem estar cientes disso e não mais encaram o organismo internacional como um bicho-papão de que se deva fugir. Tal consciência é fruto de acurada reflexão sobre o futuro do País, que, a fim de evitar o sucateamento de sua indústria, necessita de recursos externos para investimentos, destinados especialmente à indústria de bens intermediários.

O presidente do Banco Central compreende que o Brasil teria grande interesse em se aproximar do FMI, que poderia oferecer-lhe este ano cerca de dois bilhões de dólares, graças aos quais lhe seria também possível, ainda neste exercício, obter do Japão um bilhão de dólares. Poder-se-ia acrescentar que, com isso, seriam reabertas as portas do Clube de Paris, podendo o Brasil ter acesso aos financiamentos das agências oficiais, que são, talvez, os recursos

mais úteis ao desenvolvimento nacional.

Hoje, o ministro da Fazenda já reconhece também a necessidade de aproximação com o FMI e até admite que isso se dê simultaneamente com a negociação com os bancos. Essa tomada de posição representa um avanço, embora o sr. Bresser Pereira faça duas ressalvas. A primeira é que não haja vinculação entre o acordo com o FMI e o acordo com os bancos. Parece-nos razoável, pois o País não pode ficar num clima de incerteza, com a efetivação da ajuda dos bancos sujeita a um contencioso trimestral ou semestral com o FMI. A segunda condição ao acordo com o FMI parece-nos menos cabível: o FMI deve aprovar as metas que o Brasil estabelecer, ou, por outra, o acordo com o organismo internacional tem de ser um complemento do Plano de Controle Macroeconômico. Ora, durante a mesma entrevista em que prestou tais declarações, o ministro comunicou que as metas fiscal e monetária de seu Plano terão de ser revistas, por serem irrealistas... Compreende-se que o FMI terá também o direito de discutir a validade e a justiça de tais metas...

O ministro reconhece que os membros do Clube de Paris têm algumas razões para se mostrarem cautelosos e prudentes com o Brasil: depois de ter o País conseguido o apoio do Clube, sem passar pelo FMI, o Clube sentiu-se "traído" (a expressão é do ministro) com a decretação da moratória unilateral.

Quanto à renegociação com os bancos, o ministro Bresser Pereira admite o pagamento antecipado de parte dos juros para testemunhar a boa vontade do Brasil desde que a renegociação esteja bem encaminhada. Acrescentou que o dia 26 (data em que as autoridades norte-americanas decidiram do rebalçamento, ou não, da categoria dos créditos do Brasil) não apresentará um problema apenas para os credores, mas também para nosso país.

Na entrevista, o ministro abordou o delicado problema que cria a preocupação dos bancos com a vida política do Brasil, não somente devido à votação da nova Constituição como também à fraca posição em que se encontra o presidente Sarney, na iminência de reformular seu Ministério sem contar sequer com maioria no Congresso. Há também os que julgam que seria melhor para os bancos credores assinar o acordo imediatamente, isto é, antes que a vida política brasileira torne tal assinatura impossível, com a perspectiva de ter, eventualmente, de três em três meses, um novo ministro da Fazenda. Podemos entender também a inquietação dos credores, que, infelizmente, sabem ser difícil a continuidade num país como o nosso, tão sensível aos ventos políticos.

Mas não há dúvida que houve progresso tanto do lado dos credores como do devedor. Esperamos que o Brasil possa, nas próximas semanas, demonstrar que pretende realmente reintegrar-se no mundo ocidental.